

# A problemática do desenvolvimento e crescimento económico: revisar conceitos, teorias e modelos

Paula Reis [1]  
IPCB | CICS.NOVA.UÉvora  
paula.reis@ipcb.pt

Maria da Saudade Baltazar  
UÉvora, ECS, DSoc | CICS.NOVA.UÉvora  
baltazar@uevora.pt

## Resumo

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes das nossas sociedades contemporâneas e um dos mais controversos nas ciências sociais, ao verificarem-se demasiadas interpretações da noção de desenvolvimento que contribuem para uma certa confusão e/ou indefinição conceptual, em parte, associada à evolução política e socioeconómica dos países e às vivências dos indivíduos. É, por estes motivos, entre outros, como os problemas com que a Europa e o resto do mundo enfrentam, em pleno século XXI, que as reflexões e os diálogos perduram no interesse científico.

Nestes últimos 70 anos, e em particular nos últimos 50 anos, o desenvolvimento conheceu várias concepções, tornando-se mais complexo na sua conceção e aplicação, mas também assistimos a um esforço dos teóricos em romper com a forte associação entre desenvolvimento e crescimento económico. Paralelamente, assistiu-se ao despontar de novas concepções teóricas e experiências no terreno que refletem o carácter multidimensional deste fenómeno.

Neste artigo, pretendemos delimitar os principais traços evolutivos do conceito e das práticas de desenvolvimento através da apresentação e reflexão das principais teorias e modelos do pensamento económico nos últimos anos, como também apresentar os fatores que provocaram o aparecimento de novas concetualizações teóricas e práticas de desenvolvimento, os princípios orientadores das novas abordagens alternativas de desenvolvimento e o quadro concetual e metodológico do novo paradigma de desenvolvimento endógeno.

**Palavras-Chave:** crescimento económico, desenvolvimento, desenvolvimento endógeno, teorias e modelos.

## Abstract

Finding a definition for development has been one of the most important challenges in our contemporary societies and one of the most controversial in social sciences. Such notion presents several interpretations which may have contributed to a certain conceptual confusion or a lack of accordance in literature, due to the political and socioeconomic evolution of countries and individual knowledges. Those facts, amongst some other, such as the 21th century problems across Europe and worldwide, led to an unsolved question with remarkable scientific interest.

Over the past 70 years and mainly the last 50, the conception and application of the term development become more complex. However, an effort of the theorists to break with the strong association between development and economic growth has been observed. At the same time, some new theoretical concepts and development practices, reflecting the multidimensional nature of this phenomenon, had emerged.

In this article we intend, on the one hand, to delimit the main evolution on development concept and practices through the presentation and reflection of the main theories and models of economic thought in the last

years. And, on the other hand, to present the factors that led to new theoretical and practical approaches of development its guiding principles and the conceptual and methodological framework of the new endogenous development paradigm.

**Key-words:** economic growth, development, endogenous development, theories and models.

## Introdução

A problemática do desenvolvimento tem provocado ao longo dos últimos anos um crescente interesse junto de académicos, políticos e organizações não governamentais, sendo frequentemente associado a uma dimensão de cariz economicista.

O desenvolvimento é um dos mais importantes conceitos das sociedades contemporâneas e um dos mais importantes e polémicos nas ciências sociais, embora recente, porque é um conceito que só emerge cientificamente após a Segunda Guerra Mundial. Ora, a verdade é que, o conceito de desenvolvimento conheceu nos últimos 70 anos, e em particular nos últimos 50 anos, grandes alterações com o desenrolar da história, tornando-se mais complexo e menos linear na sua conceção e aplicação, resultado das diversas mudanças das sociedades e dos indivíduos, já que não se limita apenas ao crescimento económico, social, humano, político, na garantia das necessidades básicas, mas também tem servido para avaliar e classificar o nível de modernização, de contínuo progresso e de bem-estar dos indivíduos, do Estado e das sociedades (independentemente dos indicadores de análise).

Apesar deste quadro evolutivo, o conceito de desenvolvimento não é isento de controvérsias interdisciplinares e até ruturas entre a teoria e a prática das diversas hipóteses, teorias e modelos do pensamento económico contemporâneo, uma vez que está relacionado com outros conceitos como os de bem-estar, crescimento e progresso. Tornou-se, por isso, objeto de novas formulações teóricas e práticas de que é exemplo a rutura entre as tradicionais abordagens teóricas e práticas de desenvolvimento economicista para novas abordagens de perspetivar o desenvolvimento, incorporando experiências e conhecimentos de outros domínios disciplinares para além da ciência económica.

Nessa perspetiva, neste artigo, privilegiamos uma análise aos conceitos de desenvolvimento e crescimento económico e apresentam-se as principais razões para a

existência de controvérsias entre os dois conceitos, mas também procuramos clarificar as principais referências concetuais associadas ao processo de desenvolvimento. Num segundo ponto, pretende-se traçar uma visão panorâmica sobre as principais linhas de evolução do pensamento económico contemporâneo relativamente à problemática do desenvolvimento a médio/longo prazo. Para tal, procuraremos refletir sobre os principais pontos comuns e diferenças entre crescimento e desenvolvimento, ocupando-nos, sobretudo, da evolução do conceito e das práticas de desenvolvimento ao longo dos últimos 70 anos, através de uma clarificação das principais referências concetuais e das principais componentes básicas do mecanismo propulsor do desenvolvimento presente nos vários modelos e teorias que têm sido propostos ou impostos pela ciência económica para compreender e explicar as assimetrias e desigualdades sociais e territoriais. Por último, no terceiro ponto, procura-se analisar os fatores que provocaram uma rutura entre a abordagem económica do desenvolvimento e os princípios orientadores das novas abordagens de desenvolvimento – paradigma de desenvolvimento endógeno.

## 1. Controvérsias em torno do desenvolvimento e crescimento

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e controversos nas ciências sociais, ao verificarem-se demasiadas interpretações da noção de desenvolvimento que contribuem para uma certa confusão e/ou indefinição conceptual (Perroux, 1981; Lopes, 2006; Amaro, 2003; Vázquez-Barquero, 2000, entre outros). O campo teórico de suporte ao conceito de desenvolvimento tem sofrido grandes alterações com o desenrolar da história, tendo adquirido uma amplitude avassaladora, uma vez que não se limita somente ao crescimento económico, social, humano, político, na garantia das necessidades básicas, mas também tem servido para avaliar

e classificar o nível de modernização, de contínuo progresso e de bem-estar dos indivíduos, do Estado e das sociedades.

O desenvolvimento é um conceito muito marcante nas nossas sociedades contemporâneas, embora recente, porque é um conceito que só emerge cientificamente após a Segunda Guerra Mundial, associado, desde há dois séculos, ao início das sociedades industriais (século XVIII), no âmbito das quais ele ganhou possibilidade e desejabilidade, a partir das sociedades europeias, desde que as revoluções, que alimentaram a Revolução Industrial o viabilizaram materialmente e, as que fundamentaram a Revolução Francesa, o justificam ética e culturalmente (Amaro, 2003). Durante este período dos chamados “anos de ouro” ou “trinta gloriosos”, a noção de desenvolvimento vinculou-se ainda mais fortemente à noção de crescimento e, mais restritamente ainda, à ideia de crescimento económico, de modernização e de industrialização, refletindo uma visão economicista do desenvolvimento (Amaro, 2001).

Assim, nos últimos 70 anos, e em particular nos últimos 50 anos, o conceito de desenvolvimento conheceu grandes alterações, tornando-se mais complexo e menos linear na sua conceção e aplicação, resultado das diversas mudanças que as sociedades e os indivíduos têm vivido. Essa complexidade foi enriquecida pela contribuição das diversas disciplinas no seu estudo e pelas experiências de várias práticas, tornando-se, por sua vez, portador de múltiplos desafios, quer no que se refere às abordagens multidisciplinares que exige, quer no que respeita às estratégias e aos métodos de intervenção que implica, mas também as frequentes controvérsias interdisciplinares e até ruturas entre a teoria e a prática.

Deste ponto de vista, o desenvolvimento é um conceito multidisciplinar que, em si mesmo, resulta numa dupla perspetiva. Se, por um lado a complexidade etimológica leva a que a sua conceção seja encarada numa diversidade de abordagens de índole económica, social, cultural, política, histórica ou então quantitativa, qualitativa; por outro, esse mesmo carácter pode levar a que o conceito se traduza em pressupostos divergentes, fraturantes, ou até mesmo

colida com campos conceptuais erradamente assumidos como sinónimos.

Face a esta realidade, Oliveira (2002) defende que o desenvolvimento, em qualquer conceção, mesmo numa abordagem quantitativa, deve ser o resultado do crescimento económico acompanhado da melhoria das condições de vida das populações de qualquer sociedade territorial em termos quantitativos e qualitativos, ou seja, desenvolvimento nada mais é que o crescimento transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades básicas de qualquer ser humano, tais como: condições de saúde, alimentação, educação, habitação, entre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade e colocar em risco a sobrevivência individual e coletiva (grupo, classe, país, etc.). Na mesma linha de pensamento, Simões Lopes (1983) define desenvolvimento em termos de um processo multidimensional que se traduz no grau de acesso das pessoas, onde quer que vivam, aos bens e serviços que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas, bem como o acesso às oportunidades de realização humana, com destaque para o emprego, a formação ou a fruição de bens e serviços culturais, por exemplo.

Aliás, sabe-se hoje que um desenvolvimento encarado apenas numa perspetiva económica (aumento da componente de material da vida através de bens e serviços) pode ocorrer simultaneamente com a acentuação da insatisfação das necessidades humanas básicas, com a acentuação das assimetrias regionais, com o aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade social, cujas formas de vida são sustentadas à custa da exploração de recursos de outros com níveis de consumo superior ao da capacidade de renovação, utilização e conservação irracional dos recursos existentes. O desenvolvimento tem que ser um processo sustentável a longo prazo, não se pode considerar uma sociedade desenvolvida quando o bem-estar de hoje coloca em causa o bem-estar das gerações futuras.

Assim, embora os conceitos de crescimento e desenvolvimento partilhem o mesmo objetivo principal, a promoção do bem-estar das populações através da criação de riqueza são, contudo, díspares no que se

reporta à forma e aos meios utilizados para o alcançar. Assim, como refere Rosado (1997: 19), “ (...) enquanto o crescimento utiliza a produção como um elemento quase ditatorial em relação aos seus objetivos, o desenvolvimento, embora tenha, obviamente, objetivos de progresso económico, dá particular atenção a aspectos de qualidade”. Ou, dito de outro modo, enquanto o crescimento está essencialmente associado ao aumento quantitativo da riqueza ou indicadores do tipo do rendimento *per capita*, a ideia de desenvolvimento é mais complexa, e inclui uma melhoria qualitativa na economia através de uma melhor utilização dos recursos, de inovações tecnológicas, melhor divisão social do trabalho, etc.

Porém, as diferenças entre os dois conceitos não se ficam por aqui, tanto é, que Lopes (2006:42) considera que “o crescimento é meramente instrumental e só o desenvolvimento é fim”. Nesta visão, o desenvolvimento inclui o crescimento como um elemento constitutivo de si próprio, considerando-o como “meio” e “instrumento” ao serviço dele e não como objetivo em si. Atente-se, contudo, que não é o crescimento de qualquer forma ou o crescimento a qualquer preço, em qualquer lugar, que gera desenvolvimento. Por exemplo, verifica-se, em muitas situações, que o crescimento sem regulação pode provocar custos económicos e sociais elevados em contexto urbano, ou a ausência de crescimento pode provocar o abandono de territórios rurais que desencadeia outro tipo de deseconomias e problemas sociais.

De facto, desenvolvimento representa muito mais do que crescimento da economia e, até, é demasiado redutor querer exprimir um conceito como o de desenvolvimento através de indicadores de crescimento económico, utilizando essencialmente medidas estatísticas e considerando o aumento do consumo como principal indicador, na medida em que, não é fácil quantificar valores tão fundamentais como a liberdade, a justiça, a procura de equidade e a autoestima, só muito artificialmente poderiam quantificar-se. Ainda assim considerou-se, frequentemente, o crescimento económico (processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços de um país) como condição *sine qua non* do desenvolvimento, tendo como principal indicador a quantidade de bens

produzidos e consumidos, e de que dependiam as melhorias de bem-estar da população, a todos os níveis. Por outro lado, utilizou-se sistematicamente indicadores de crescimento económico, principalmente o rendimento *per capita* ou da taxa de crescimento bruto, para classificação dos países ao nível de desenvolvimento (Amaro, 2003), deixando para segundo plano as dimensões social, cultural e política que devem estar subjacentes ao desenvolvimento.

Contudo, deve-se acrescentar que não obstante do confronto de perspetivas e de abordagens muito diversas entre os dois conceitos ao longo das últimas décadas, eles andaram sempre associados desde os primeiros economistas do desenvolvimento até à atualidade, aliás, o conceito de desenvolvimento mantém-se bastante vinculado à ideia de crescimento económico, como se pode constatar nos diversos discursos políticos e documentos oficiais da União Europeia.

### 1.1. Principais referências concetuais do conceito de desenvolvimento

Antes de analisarmos os principais pensamentos económicos associados ao desenvolvimento, importa clarificar alguns conceitos com base na revisão da literatura. Apesar do elevado número de trabalhos da comunidade científica em torno das questões que envolvem a temática do desenvolvimento, este campo depara-se frequentemente com algumas confusões concetuais em torno dos conceitos de espaço, território, participação e *empowerment*, confusão essa que advém de utilizações, por vezes, descuidada dos conceitos quando se pretende abordar as questões referentes ao desenvolvimento local e regional.

A palavra **espaço**, que tem múltiplos usos no senso comum, foi alvo de múltiplos debates e interpretações teóricas no seio de diversas ciências longo das últimas décadas, particularmente nos finais dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, nas primeiras conceções e ações de desenvolvimento planificado. Numa tentativa de sistematização do debate sobre a noção de espaço e de formulação de uma interpretação própria, Lopes (1984:23) considera que “o espa-

ço tem uma definição geográfica, tem uma definição histórica, tem uma definição económica, tem uma definição social” e, por isso, deve definir-se a partir de um conjunto de dados económicos localizados, em que as localizações podem ser dispersas, descontínuas, porque o que na verdade dá unidade ao espaço são as suas características e o tipo de relações de interdependência em que as parcelas do espaço são subsistemas de sistemas mais vastos.

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1991), por sua vez, considera o espaço (físico) um produto material da transformação da natureza (matéria-prima) e, assim sendo, chega-se à noção que esse mesmo espaço constitui uma materialização da existência humana, produzido e reproduzido permanentemente pelas relações sociais entre os sujeitos. Esta conceitualização potencializa um conjunto de utilizações distintas da noção de espaço mediante as relações que se estabelecem entre os produtores de espaços (homens) e o espaço-natureza (físico) como, por exemplo, os espaços económicos, espaços políticos, espaços culturais, espaços urbanos e os espaços rurais, enquanto espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido – triplicidade das representações do espaço –, que muda ou ganha novas formas, funções ou significados conforme mudam os modos de produção, as sociedades e as épocas. O autor acrescenta ainda que não existe apenas um espaço (social), mas vários espaços (sociais), naquilo que designa de multiplicidade indefinida de um conjunto indissociável de sistemas de objetivos e sistemas de ações. Isto significa que a representação da materialização ou imaterialização dos espaços não pode decorrer de forma isolada ou fragmentada, mas sim num quadro único de análise de todas as dimensões que o constituem – multidimensionalidade –, determinado pela intencionalidade. A intencionalidade é uma forma de compreensão unidimensional e ampla do espaço que um sujeito, uma nação ou classe social utiliza para materializar o espaço da relação social que o criou (Lefebvre, 1991). É dentro desta lógica que são criadas diferentes leituras socioespaciais e, simultaneamente, é produzido um espaço geográfico e/ou social específico: o território.

À semelhança da palavra espaço, também a noção de **território** tem sido alvo de múltiplos usos, teorizações e de algumas confusões conceituais, razão pela qual se constata a existência de um conteúdo semântico polissémico. Esta questão é sublinhada pelo geógrafo Raffestin (1993) ao apontar os geógrafos como os grandes responsáveis pela confusão conceitual ao utilizarem, frequentemente, a noção de espaço e território como termos equivalentes e/ou sinónimos quando devem ser tratados como conceções distintas face à dimensão geográfica. Para este geógrafo suíço, existem diferenças significativas entre espaço e território, por um lado, o espaço é uma noção e território um conceito, por outro, o espaço é anterior ao território, o qual se forma a partir do primeiro. Por outras palavras, o território é uma produção a partir da matéria-prima (espaço).

Assim, para Raffestin (1993), o território pode ser definido como uma fração do espaço geográfico, como uma realidade material ou objetiva (países, regiões, aldeias) e como uma realidade imaterial e/ou subjetiva (conhecimento, mente, etc.) apropriada(s) por relações de poder de diferentes relações sociais, sendo nessa apropriação que o ator social “territorializa” o espaço, ou seja, o ator organiza o território, os seus interesses e necessidades, o que deixa antever a existência de diferentes escalas de poder.

Gaspar (2004) vai mais longe ao considerar o território num sentido mais amplo enquanto meio físico, delimitado por uma fronteira que o ordena (determinado por uma relação social que o produz), que mesmo não estando traçado, como em geral ocorre, está sob a jurisdição político-administrativa de uma entidade espacial (individual ou coletiva, pública ou privada) que serve de suporte a práticas diversas e é produto dessas práticas, o que “implica uma apropriação, um [planeamento e] ordenamento, uma identificação por parte de um grupo social” (Gaspar, 2004:182). E pelo facto de possuir limites e fronteiras, torna-se, muitas vezes, num espaço de conflitualidades associado também às dimensões de poder e controle social que lhe são intrínsecas.

Na nossa perspetiva, o território pode ser interpretado enquanto espaço em que existe uma identidade de

pertença e uma representação simbólica (identidade cultural), espaço de ação da sociedade e de interação social, na medida em que, tanto pode ser uma ferramenta como um recurso ou suporte para o desenvolvimento económico e social, distinguindo-se pelo seu relacionamento com outros territórios de diferentes escalas e dimensões. O território é cada vez mais um espaço-suporte e um espaço-produto para múltiplas atividades como o turismo, por exemplo, uma vez que é nele que se estruturam os produtos turísticos com o aproveitamento dos recursos e atrações turísticas, mas também é nele que os grupos de interesse investem como é para ele que a procura turística se direciona. A este propósito Fernandes e Carvalho (2003) defendem que, atualmente, o território não é “um agente passivo ou mero suporte físico dos processos de desenvolvimento (...) [ele constitui-se como] um agente ativo e dinâmico que contribui (...) para gerar vantagens competitivas” (Fernandes e Carvalho, 2003:195). Significa isto que, o território é um recurso estruturante em qualquer processo de desenvolvimento local, sub-regional, regional e nacional.

Repare-se que o desenvolvimento da sociedade reproduz novas formas territoriais ou territórios transformados, que surgem a partir da evolução das relações entre homens e espaço. Talvez não seja sem fundamento que Vidal (2005:4) afirme que “o território está na base da governança actual e futura. Não se pode continuar pensando que os povos, cidades, províncias e regiões são apenas o espaço de aplicação das políticas decididas a nível nacional e internacional”. Para se inverter esta lógica de pensamento, é fundamental que a população possa ser ouvida e envolvida naquilo que são as suas necessidades e valorizadas as especificidades das comunidades. É precisamente sobre esta perspectiva que introduzimos os conceitos participação e *empowerment* para discussão enquanto conceitos amplamente ligados e vinculados ao processo de desenvolvimento.

A noção de **participação** também merece destaque porque é, ainda, hoje, alvo de diversos equívocos e reflete simultaneamente uma grande ambivalência. Uma das razões para esta situação resulta da palavra participação ter sido usada para situações muito dis-

pares ao longo dos últimos 50 anos, contribuindo para um certo esvaziamento do seu significado, apesar da importância da participação de todos os *stakeholders* no processo de definição da mudança ter aumentado, desde os anos 60 e 70 com as “tentativas de reconciliação das relações entre capital e trabalho” (Guerra, 2002:100). Nos anos 90, houve em quase todos os países da Europa, “formas desastrosas de participação na vida das cidades”, marcada por assaltos aos centros das cidade, motivados por jovens e mulheres, mas também a provocação de incêndios a lares de emigrantes pela população local, entre outras formas de participação (Guerra, 2002). Na atualidade, a participação constitui uma condição *sine qua non* para a legitimação de uma ação de mudança, a qual se pretende que seja viável e duradoura.

De acordo com o relatório *Human Development Report* (UNDP, 1993), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o conceito de participação tem vindo a evoluir face a transição democrática em muitos países em desenvolvimento, ao colapso de regimes socialistas e a crescente emergência mundial de organizações populares. Ainda assim, há que referir que numa fase inicial o conceito de participação estava associada a um processo onde as pessoas cooperam e colaboram na implementação de projetos e programas de desenvolvimento, numa lógica de participação como um meio. Posteriormente, e no relatório em questão, constata-se uma evolução do conceito numa lógica mais abrangente, a participação como um fim em todos os âmbitos da vida de cada indivíduo, que conduziu a afirmação de novas formas de participação cultural, social, política, ambiental, cívica e doméstica (UNDP, 1993). No entanto, e como refere ainda o mesmo relatório, continua a existir estratos/grupos da população excluídos do processo participativo nas sociedades, do desenvolvimento e dos respetivos resultados associados por razões sociodemográficas ou dificuldades físicas, mas também porque as organizações não lhes reconhecem legitimidade o que resulta numa postura de passividade por parte dos indivíduos sem qualquer tipo de contestação. Estamos, regra geral, a falar de minorias, grupos mais pobres ou afastadas dos principais centros de decisão como, por exemplo, os indivíduos que residem nas áreas rurais (UNDP, 1993).

A acrescentar a estes fatores de exclusão exógena temos os processos de auto-exclusão que também existem por desmotivação no aparelho organizativo, sendo uma opção de não participação por parte dos indivíduos.

Para Caldeira (citado em Henriques, 1990:27), a participação “concretiza-se no envolvimento das populações na resolução dos seus próprios problemas em torno da criação de «comunidades de interesse»”. Desta ordem de ideias, a participação é entendida por Henriques “como organização autónoma e voluntária para a defesa de interesses ou para a concretização de objetivos comuns.” (Henriques, 1990:27). Ou seja, a participação poderá assumir dois figurinos: ser entendida como colaboração com iniciativas tomadas pelo poder e que estão presentes nas diferentes escalas territoriais, podendo, contudo, existir contradições entre si (apoio partidário ou municipal a lutas sindicais, defesa da Reforma Agrária, etc.), mas também riscos de manipulação, subordinação e subjugação dos processos participativos que impele os indivíduos de lutar por aquilo que os detentores do poder lhe impuseram face a práticas de gestão *top down*, os quais colocam em causa os resultados e a sustentabilidade de qualquer projeto de desenvolvimento, por exemplo; por outro lado, a participação pode assumir aspetos organizativos e expressivos de interesses que se apresentam, por exemplo, contrários à iniciativa que tem origem no poder (movimento cívico pelo salvamento da linha do Tua, movimento cívico contra a exploração de petróleo no Algarve, movimento pelo interior, movimentos contra o encerramento de serviços no interior do país, etc.), mediante uma tomada de consciência e envolvimento de forma ativa e consciente dos indivíduos (grupo de pessoas ou comunidade) sobre os seus próprios problemas e/ou determinada ação.

Na perspetiva de Guerra (2002), a participação apela a um “compromisso” entre todos os intervenientes de um processo e muito em particular os líderes naturais e a população em geral que constituem os seus destinatários no exercício pleno da cidadania. Exige-se, assim, uma tomada de consciência das populações e comunidades sobre os seus problemas e capacidade de solução e de envolvimento na tomada de

decisões, na implementação de projetos de (re)construção do seu território e na contínua avaliação dos projetos de desenvolvimento, usufruindo igualmente dos seus resultados. Diga-se, contudo, que esta tomada de consciência e até mudança de mentalidades das pessoas é uma condição necessária para que o projeto se possa designar de desenvolvimento.

Para Friedmann (1996), o desenvolvimento deve ter como base a autonomia das comunidades territorialmente organizadas e dos cidadãos comuns nos processos decisórios, ou seja, estes têm pleno direito em decidir e/ou participar na construção de caminhos para o desenvolvimento de determinado território, comunidade ou nas políticas públicas a adotar, mas também a decidir sobre as mais diversas áreas da sua vida pessoal, social, económica e política. Para exercer esse direito e dever é preciso que os indivíduos, grupos e comunidades envolvidas procedam à aquisição de competências, capacidades, poder, conhecimentos e experiências, naquilo que se designa de **empowerment** dos indivíduos, sendo uma pré-condição para participação e exercício da cidadania (Amaro, 2003).

A definição do conceito de *empowerment* não é uma tarefa fácil, uma vez que podemos encontrar uma panóplia de definições, com diferentes significados para académicos e profissionais que o colocam em prática (Adams, 2008), ou ainda entre as diferentes áreas de intervenção (sociologia, psicologia, serviço social, economia, entre outras), o que nos permite constatar uma evolução do próprio conceito. Por esse motivo, podemos afirmar que o conceito de *empowerment* é uma consequência de uma evolução nas conceções de autonomia e responsabilidade dos indivíduos, mas também um instrumento alternativo às inúmeras iniciativas e estratégias de desenvolvimento que falharam pelo não envolvimento das comunidades e capitalização dos seus recursos nas mais diferentes conceções.

De entre as diferentes definições, subscrevemos a conceção do Gabinete de Gestão EQUAL (citado em Nunes, 2002:63), que define o *empowerment* como a “participação activa e a responsabilização das pes-

soas, comunidades e organizações, no sentido da apropriação sustentada dos processos de mudança em que estão envolvidas, e com base na gestão das suas próprias necessidades, recursos e aptidões”, de forma a aumentar o controlo da suas ações, alcançar os seus objetivos e satisfazer as suas necessidades. Desta forma, o *empowerment* assume-se como um processo fundamentalmente democrático (cidadania ativa) e uma oportunidade de aprendizagem de competências e de aquisição de poder que permite aos indivíduos controlarem o seu próprio destino e influenciarem as decisões que afetam as suas vidas. Para tal, torna-se estruturante a participação e responsabilização de todos os indivíduos ou grupos marginalizados ou oprimidos na definição de ações e na resolução das diferentes problemáticas (Adams, 2008), reduzindo assim a marginalização de determinadas camadas da população. Mas para garantir o sucesso deste processo, é estruturante o acesso à informação por parte de todos os indivíduos, a inclusão de todas as camadas da população na tomada de decisão com a criação de espaços de debate e participação, a responsabilidade (accountability) dos atores pelas suas decisões políticas, atividades e utilização de recursos e a capacidade de organização local que se circunscreve à capacidade dos indivíduos trabalharem em conjunto e colaborarem entre si, mobilizando recursos para resolução de problemas comuns (Narayan, 2002).

Constata-se, portanto, que a participação capacita as comunidades e/ou grupos a vários níveis, no desenvolvimento das capacidades de auto-ajuda, ação coletiva e responsabilização na tomada de decisão através de metodologias participativas, as quais se encontram associadas as novas conceções de desenvolvimento endógeno e ao alargamento das bases da democracia direta (participativa). Por conseguinte, haverá maior capacidade de resposta dos diferentes atores aos desafios que são impostos pela crescente complexidade da sociedade, e origina a mobilização das pessoas para a elaboração de projetos que permitem a resolução de problemas e/ou necessidades por elas sentidas, fomentando um processo de descentralização governamental, o qual é auxiliado pela transferência de recursos e poderes de decisão para níveis próximos das populações, contribuindo para o processo

de *empowerment* das comunidades (Schiefer, Bal-Döbel, Batista, Döbel, Nogueira e Teixeira, 2006).

É importante sublinhar que este movimento alternativo de desenvolvimento (participativo) só tem viabilidade pela cooperação e pela relação de forças que se estabelece na rede de relações na qual estão integrados os atores destinatários das ações de desenvolvimento, particularmente em territórios de baixa densidade relacional, baseado em estratégias ou programas com incidência direta nos territórios (*top-down*) ou enquadrando intervenções integradas de base territorial descentralizadas e participadas como, por exemplo, a Iniciativa Comunitária LEADER e o Programa EQUAL. Mas a experiência tem mostrado que, nem sempre foi assim a constatar pelas diferentes teorias e modelos de desenvolvimento.

## 2. Abordagem económica do desenvolvimento: teorias e modelos

A complexidade do processo de desenvolvimento, pelo atrás descrito, exige uma análise atenta sobre a dinâmica do crescimento recorrendo a uma variedade de teorias e modelos explicativos que, na sua maioria, derivam do corpo teórico mais geral da economia transportando-se a sua explicação para a economia regional.

De facto, durante muito tempo considerou-se que a transição de um sistema económico para outro significava desenvolvimento económico, o que explica a centralidade do crescimento económico na política económica do desenvolvimento e as confusões geradas em torno dos enfoques teóricos do crescimento e do desenvolvimento.

Assim sendo, procuraremos apresentar uma visão panorâmica da evolução do pensamento económico contemporâneo e refletir um pouco sobre as principais correntes teóricas que, em nosso entender, mais se distinguiram no estudo do processo de crescimento versus desenvolvimento, das quais destacamos a par da influência de Adam Smith, as contribuições de David Ricardo e John Stuart Mill, que se podem

considerar como os grandes clássicos ingleses, na medida em que, nos legaram um património intelectual que marcou decisivamente, até aos nossos dias, o desenvolvimento da Ciência Económica, através das mais recentes contribuições dos seus discípulos neoclássicos Joseph Schumpeter e John Keynes e o surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento.

## 2.1. A escola clássica do pensamento económico

Começamos por recordar as reflexões do pensamento da escola clássica inglesa que domina a primeira metade do século XIX em todos os países. Esta corrente é fundada e impulsionada pelo economista **Adam Smith**, considerado um dos fundadores da ciência económica, pela célebre obra “*A Riqueza das Nações*”, em 1776, na qual realiza uma reflexão em torno da natureza e causa de enriquecimento das nações - teoria do desenvolvimento económico -, tendo como referência a Revolução Industrial, em curso desde as primeiras décadas do século XVIII. Na sua sequência, diversos autores procuraram perceber as causas e perspectivas do progresso das novas sociedades saídas da Revolução Industrial.

O pensamento dos economistas clássicos fundamenta-se numa posição liberal e individual dos homens ao maximizarem a satisfação pessoal, com o mínimo de custo ou esforço para obtenção do máximo bem-estar social, sendo a liberdade na procura de riqueza a condição de todo o progresso (Denis, 1990). Na perspectiva de Adam Smith, tal harmonização seria obtida por via de uma “mão invisível” da concorrência, sendo este o fator decisivo do progresso (Murteira, 1982). Assim, o mercado funcionava como se houvesse uma “mão invisível” que regulava as ofertas e procuras através de um livre funcionamento do mercado (liberdade económica em termos do comércio internacional) – ausência de intervencionismo estatal, e com o sistema de preços a determinar as quantidades a serem produzidas e vendidas, gerando de forma automática um equilíbrio económico.

O progresso era motivado pela ideia de satisfação pessoal de cada indivíduo que influenciada pela mão invisível acabava por provocar o aumento do bem-

estar da população, refletido num crescente interesse pela obtenção de maiores quantidades de bens pelos consumidores na perspectiva de maior satisfação e pelo mais baixo preço. Por oposição, os produtores que ambicionavam maiores lucros pagavam as matérias-primas ao mais baixo preço e vendiam ao mais alto preço possível os seus produtos.

A divisão do trabalho proporcionava uma crescente especialização da mão-de-obra que ao favorecer o aumento da produtividade, entretanto apropriada e acumulada pelos detentores dos meios de produção, viria a constituir-se num fator de desenvolvimento (Murteira, 1982). Deste modo, o processo de desenvolvimento estaria dependente, por um lado, da crescente divisão do trabalho e, por outro, da acumulação de capital que desempenhava um papel fundamental no aumento da produtividade dos trabalhadores através de melhores instrumentos/máquinas (Denis, 1990).

Partindo da teoria da divisão do trabalho, Adam Smith, conclui que o elemento essencial da riqueza é criada pelo trabalho de todas as classes sociais da nação, logo atribui à diferente produtividade do trabalho o facto de umas nações serem mais ricas que outras. Por outro lado, considera que a verdadeira fonte de riqueza é o trabalho – teoria do modo de produção capitalista –, mas também defende a existência de um imposto sobre o trabalho de todas as classes da nação em função dos rendimentos auferidos. Enquanto os trabalhadores recebiam um rendimento praticamente equivalente às suas necessidades de consumo e/ou de subsistência (poupança quase nula), os proprietários e capitalistas dispunham de um excedente, que seria canalizado para o investimento (Denis, 1990).

As ideias de Smith tiveram continuação pelo seu principal discípulo, **David Ricardo**, que influenciou fortemente a evolução do pensamento clássico económico, contudo, surge numa época em que as perspectivas de desenvolvimento ou crescimento nacional a longo prazo tornam-se mais opacas (consequência direta dos múltiplos conflitos da classe operária) e as contradições do sistema capitalista começavam a manifestar-se a um ritmo crescente. Se, por um lado,

se assistia à concentração e centralização do capital enquanto a agricultura tendia para a estagnação, por outro lado, tanto a França como a Alemanha, começavam a concorrer com a Inglaterra nos mercados de matérias-primas e de produtos fabricados. Esta situação acabou por influenciar o pensamento de Ricardo na formulação de uma teoria do crescimento, tendo avançado com uma proposta de comércio internacional livre e sem restrições que proporcionaria uma saída desta crise da lei implacável dos rendimentos decrescentes da agricultura (Murteira, 1982).

Na perspetiva de David Ricardo, cada país deveria especializar-se na produção de bens e serviços, cujo custo de produção é mais baixo do que no estrangeiro – teoria das vantagens comparativas de cada país. Para ilustrar a sua teoria, exemplifica com comparação dos custos de produção de vinho e tecido entre Portugal e Inglaterra, onde conclui que apesar de Portugal apresentar vantagem em ambos os bens, ainda assim, deve especializar-se na produção de vinho, já que as receitas obtidas nas exportações permitem suportar as importações (bens alimentares e produtos primários em geral). Em oposição a Smith, Ricardo defende a conceção que explica o valor de um bem pela quantidade de trabalho necessário à sua produção, na medida em que, considera dois tipos de trabalho: o trabalho direto (número de horas necessárias à produção de um bem) e o trabalho indireto (trabalho consubstanciado nos instrumentos de produção).

Outra problemática que identificou e abordou melhor que os seus contemporâneos e antecessores foi a teoria ricardina da renda da terra, já que a escassez deste recurso limitaria o crescimento da economia – estado estacionário (crescimento zero). Nesta época, os homens ocupavam as terras mais férteis para cultivo com custos de produção iguais e vendiam os produtos pelo mesmo preço. No entanto, o aumento da população desencadeou a ocupação de terras menos férteis ou em localizações menos favoráveis à produção com custos de produção mais elevados e baixos rendimentos marginais. Para contrariar esta tendência Ricardo propôs a introdução de novas técnicas e os preços de mercado a corresponder a esses custos, caso contrário, estas novas terras seriam

abandonadas, o que não seria muito favorável, dado o aumento da população. A taxa da renda entre os dois tipos de terras depende da diferença da qualidade, pois o valor da renda é pré-determinado pela diferença entre o valor do produto e o respetivo custo, sendo que o problema de repartição do rendimento coloca-se entre os trabalhadores e capitalistas (Murteira, 1982).

Ricardo preocupou-se, tanto como Smith, com o problema do crescimento económico, daí que apontava a melhoria das tecnologias e a abertura de novos mercados através do comércio internacional como saída para a crise do capitalismo inglês (estado estacionário), quer através de uma aposta nas exportações para ultrapassar a crise de sobreprodução decorrente da insuficiência do mercado interno, quer nas importações de bens e matérias-primas a custos inferiores aos nacionais, contribuindo assim para um aumento da taxa de lucro.

Outro dos mentores da teoria clássica é **John Stuart Mill**, considerado como o maior discípulo de Ricardo e último grande representante da economia clássica, é também um socialista de tipo reformista, tendo obtido particular destaque através da sua principal obra, intitulada *“Princípios de Economia Política”* (1848). Este filósofo ao realizar a síntese da tradição clássica do pensamento económico expõe as leis descobertas por Smith e Ricardo, mas também aproveitou para identificar o que há de mais errado nos seus fundamentos ideológicos. Na perspetiva de Mill, a felicidade dos indivíduos depende tanto dos aspetos quantitativos como qualitativos, logo há diferentes ordens de prazer ou satisfação, pois, como ele escreveu, “Vale mais ser um homem insatisfeito do que um porco satisfeito. Vale mais ser um Sócrates insatisfeito do que um imbecil satisfeito” (citado em Perroux, 1981:184). Na verdade, o crescimento ou enriquecimento das nações por si só não garante espontaneamente uma repartição equitativa das riquezas como conduz ao predomínio de uma ordem inferior de satisfação humana.

Stuart Mill procurou transmitir que as leis da matéria e as consequências materiais de determinadas técnicas físicas de produção eram as mesmas, em qual-

quer sociedade e ao contrário destas, as leis da distribuição são, em parte, “uma instituição exclusivamente humana” (citado em Denis, 1990:499). Ou seja, as primeiras seriam imutáveis, impossíveis de alterar de acordo com a vontade humana, enquanto a distribuição da riqueza deveria ser modificada de modo a possibilitar o progresso das classes trabalhadoras, tendo como finalidade melhorar o nível de vida geral.

Contudo, o grande destaque da sua obra é a convicção de que a taxa de lucro tende a diminuir face ao crescimento da população e da abertura ao cultivo de novas terras, o que faz aumentar o preço das subsistências, provocando uma paragem na acumulação de capital e que designa de “estado estacionário” (Perroux, 1981). Na realidade, Mill pretendia apenas conservar o capitalismo através de uma paragem do desenvolvimento das forças produtivas.

## 2.2. A escola neoclássica

O paradigma neoclássico do pensamento económico surge associado a orientação ortodoxa de Ricardo e Mill, no final do século XIX e início do século XX. Em 1871, o economista britânico **William Stanley Jevons**, publicava a “*Teoria da Economia Política*” em que procurava renovar a ciência económica da época e apelava, por um lado, a explicação dos fenómenos económicos através de representações estilizadas da realidade suscetíveis de tratamento matemático e, por outro, recuperava o princípio marginal utilizado por Ricardo. O marginalismo baseava-se na existência de concorrência perfeita em todos os mercados, os sujeitos económicos comportavam-se sempre de forma a maximizar as suas utilidades individuais e as necessidades são insaciáveis. No mesmo ano, o austríaco **Carl Menger**, na obra “*Fundamentos da Economia Política*”, analisava os comportamentos do consumidor baseado no mesmo princípio. Em 1874, **Leon Walras** publica a obra “*Elementos de Economia Política Pura*”, contudo, vamos encontrar concepções sobre o problema do valor, idênticas às de Menger e de Jevons. Apesar das muitas diferenças entre as análises feitas por estes autores, as semelhanças de

abordagens e conteúdo dos livros era impressionante (Denis, 1990). As suas teorias recebem o reconhecimento dos economistas posteriores, já que representavam uma verdadeira revolução no pensamento económico, com uma passagem de uma economia clássica obsoleta para uma economia neoclássica moderna e científica.

Estes três autores são considerados os fundadores da escola neoclássica, pois apresentam nas suas obras uma nova teoria do valor apoiando-se na noção de utilidade marginal e na teoria da repartição dos rendimentos, partindo da noção de taxa final de rendimento do capital e/ou produtividade marginal do capital. De acordo com os neoclássicos, os salários dependem da produtividade do trabalho, sendo que o salário é tanto mais elevado, quanto mais elevado for o produto total (remuneração do capital). Esta tese da produtividade líquida do trabalho veio substituir as teorias clássicas do salário de subsistência.

Na verdade, tanto os economistas clássicos e neoclássicos interessavam-se pelo ritmo do crescimento da economia e viam no liberalismo uma forma de assegurar um rápido crescimento económico. O neoclássico Walras constrói um modelo matemático – sistema de equações simultâneas –, que estabelece a livre troca de produtos, a livre circulação dos capitais, a livre venda da força de trabalho e o livre aluguer das terras. A base deste modelo assenta no equilíbrio geral dos preços e das trocas, de modo que nem os produtores, nem os consumidores, tenham necessidade de modificar as quantidades de bens e de serviços que oferecem ou procuram nos diferentes mercados.

O neoclássico Jevons afirma mesmo que o crescimento económico é possível desde que as capacidades de produção disponíveis em determinado momento sejam utilizadas da melhor maneira possível, ou seja, quando a liberdade das trocas é respeitada. Deste neoclássico, sobressai a ausência de preocupação pelo crescimento económico que advém do facto de, tal como os clássicos, adotar a ideia de que o crescimento económico depende, essencialmente, do montante da poupança. Nesse sentido, segundo a sua concepção, o que certas regiões da Europa reali-

zam, as outras regiões não desenvolvidas também podem realizar, basta-lhes imitar as nações mais desenvolvidas (Denis, 1990). É perceptível que esta forma de colocar o problema do subdesenvolvimento é, igualmente, uma consequência da tese clássica sobre o crescimento.

### 2.3. O modelo Schumpeteriano

Entre neoclássicos e neokeynesianos identificamos **Joseph Schumpeter**, considerado o “Marx burguês”, surge como uma grande figura isolada por assim dizer. Este economista recusa a ideia de que a economia europeia tende inexoravelmente para um estado estacionário, bem como se opõe de igual forma aos argumentos de Hansen (1939). E resolve refutar muito particularmente as ideias daqueles que atribuem as dificuldades da economia capitalista ao facto do tempo das conquistas coloniais ter terminado, apesar de reconhecer o papel desempenhado por estas colonizações no crescimento. Schumpeter opta por colocar o acento tónico no papel da investigação técnica e científica na sociedade – a invenção e o papel das inovações no progresso técnico da dinâmica capitalista no futuro, exemplificando com a “conquista do ar” (Denis, 1990). No fundo, Schumpeter introduz a inovação e progresso tecnológico como elementos dinamizadores do crescimento, mas também refuta a ideia que a economia europeia, tende para um estado estacionário como defende Stuart Mill.

Esta rotura do mundo estacionário e, conseqüentemente, o início do processo de desenvolvimento verificam-se ao nível da produção face a introdução de um facto novo no sistema económico, tal como: introdução de um novo bem ou melhoria da qualidade de um já existente; introdução de novos métodos de produção; abertura de um novo mercado; conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de produtos manufaturados ou, ainda, ao nível de uma nova forma de organização em qualquer produção que, muitas vezes, alteram profundamente os velhos sistemas produtivos – criação de um monopólio (Mati- as, 2007). Para Schumpeter sempre que verifica um

destes fenómenos estamos perante uma inovação e testemunhamos uma realização de desenvolvimento, sendo que a introdução de uma inovação no sistema produtivo será um “acto empreendedor” e constitui uma tarefa do empresário capitalista – personalidade central no processo de desenvolvimento capitalista (Murteira, 1982).

Contudo, é no decurso da Segunda Guerra Mundial, em 1942, que Schumpeter procura desvendar o futuro, através da sua obra “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*”, na qual refere que o socialismo vai instaurar-se no mundo, conforme Marx supôs, mas por razões diferentes: “pelo «êxito» do capitalismo, não pelo seu malogro” (Murteira, 1982:85). De acordo com o pensamento de Schumpeter, são diversos os fatores que contribuem para o desaparecimento do capitalismo, entre os quais: a classe burguesa torna-se obsoleta, à medida que a figura do empresário inovador cede lugar à organização estruturada; perda de vigor da ideologia burguesa junto das novas gerações; os intelectuais fruto do capitalismo desenvolvem um espírito crítico do sistema; a figura do Estado passa a ser mais interventivo e regulador para o funcionamento do sistema – capacidade de regulação – não apenas numa lógica nacional, mas também tendo por base, lógicas infra-nacionais e supra ou transnacionais (Murteira, 1982).

### 2.4. O modelo Keynesiano

O modelo keynesiano surge associado as depressões económicas que afetaram a economia mundial até ao primeiro quarto do século XX. Alguns países, como os Estados Unidos, tiveram crises de reconversão profundas, mas curtas, outros como a Inglaterra passaram por períodos mais longos e outros ainda, experimentaram altas taxas de inflação como França e Alemanha. Ultrapassados os problemas de reconversão da economia de guerra em economia de paz, a economia ocidental entrou num curto período de prosperidade, na medida em que, viria a terminar com uma das mais graves crises económicas, em 1929. A Grande Depressão, também vulgarmente denominada a crise de 1929, afetou todas as grandes

economias capitalistas mundiais, e terminou apenas com a Segunda Guerra Mundial. Nesta sequência, os empresários reduziram a produção e os investimentos, o que provocou a diminuição da renda nacional e do número de empregos.

É com o objetivo de contribuir para a análise do problema das depressões económicas que, em 1936, **John Keynes** (economista conservador) publica a sua obra "*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*", introduzindo uma profunda evolução do paradigma ortodoxo. Keynes procurou interpretar a crise capitalista, para que se pudessem tomar medidas com vista a preservar o sistema. Daí que as suas preocupações são, essencialmente, os problemas do pleno emprego e da arbitrária e desigual distribuição de riqueza e dos rendimentos nacionais, razão pela qual estabelece que estas duas variáveis estão ligadas por uma determinada proporcionalidade (Murteira, 1982).

Na perspetiva de Keynes, a depressão económica decorre do facto de a poupança normal ser superior ao investimento, o que cria desequilíbrios no mercado dos bens de consumo, obrigando os produtores a vender a preços inferiores face aos seus custos, provocando a diminuição dos lucros e do investimento. De facto, diminuir o consumo, para aumentar a poupança (dos particulares e das empresas), gera na realidade o efeito contrário, pois reduz o investimento, o rendimento e até a própria poupança. A solução para tal situação é aumentar a despesa de consumo ou o aumento do investimento através de uma diminuição da taxa de juro ou do investimento público, com a intervenção do Estado na dinamização da economia. Na visão keynesiana, a poupança é fator residual e passivo, na medida em que, é o investimento o elemento motor que, por via do rendimento, na realidade determina aquela. Daqui se conclui que, a insuficiência do investimento é, decisivamente, a causa das depressões (Denis, 1990). É neste contexto que as políticas keynesianas advogam ao Estado um papel mais interveniente na economia ou se quisermos de ator promotor do desenvolvimento através de uma política orçamental expansionista e de uma política monetária, assumindo a responsabilidade de criação da procura quando a mesma se re-

vela insuficiente, quer através de investimentos públicos diretos (financiando investimento em investigação científica e aplicada), em prol do progresso técnico e no aumento do bem-estar das sociedades (Amaro, 2003).

Para concluir, podemos dizer que as primeiras contribuições neoclássicas para compreender as causas do desenvolvimento foram motivadas pela macroeconomia keynesiana. Em certa medida, os analíticos introduzidos por Keynes adaptavam-se facilmente ao tratamento dos problemas de crescimento a longo prazo da economia e é isso que, efetivamente, acaba por suceder por um número considerável de autores pós-keynesianos, desde as contribuições de Harrod, Domar e Kaldor (Perroux, 1981), pois prolongam a análise keynesiana, interrogando-se mais sobre a estabilidade do crescimento e revelando até algum pessimismo quanto à possibilidade de um crescimento estável capaz de assegurar o pleno emprego (Nazaré e Gutierrez, 1975; Denis, 1990).

#### 2.4. Os modelos de crescimento endógeno

A teórica neoclássica apesar de apresentar um quadro teórico bem estruturado e capaz de fundamentar uma explicação lógica para o processo de crescimento das economias, apresentava algumas limitações para explicar as verdadeiras forças económicas que estão subjacentes a teoria do crescimento. Assim, no decurso dos anos 80 e nos anos 90 do século passado, a investigação no âmbito da teoria do crescimento assumiu uma estruturação conceptual substancialmente diferente, com a emergência de um conjunto de trabalhos pioneiros de autores como Romer (1986), Lucas (1988) e Rebelo (1991) (citados em Silva e Silva, 2013), despoletando o interesse da teoria económica pelos problemas do desenvolvimento e o nascimento da escola do crescimento endógeno. Estes teóricos procuraram explicar o crescimento económico de longo prazo através de modelos alternativos, deixando cair o princípio dos rendimentos decrescentes do capital do modelo neoclássico de base e adotando o progresso técnico, entendido como o aumento da eficiência na utilização de fatores

convencionais de produção. Para estes autores, o significado de crescimento endógeno advém do “facto de nesses modelos se considerar que o crescimento das variáveis *per capita* decorre de mecanismos endógenos ao sistema económico e não de forças externas à economia” (Silva e Silva, 2013: 167), pelo que a explicação do progresso tecnológico é feita a partir do comportamento dos agentes económicos num ambiente competitivo.

Estas novas teorias de crescimento endógeno caracterizam-se, assim, por uma diversidade de determinantes explicativas como o investimento em capital público, em capital físico e humano, em capital tecnológico, a divisão do trabalho e a investigação e inovação tecnológica, sendo que na generalidade dos modelos, a consideração do aumento e difusão do *stock* de conhecimentos funciona como força motora do crescimento de longo prazo (Vázquez-Barquero, 1999). No entanto, o interesse por explicar o crescimento é bem anterior, estando já presente em trabalhos como de Adam Smith, mas é a abordagem de crescimento endógeno que formaliza estas determinantes pela primeira vez, contribuindo, desta maneira, para o aprofundamento dos seus efeitos.

Assim, o contributo inovador dos modelos de crescimento endógeno não se revela na atribuição ao progresso técnico de um papel motor no crescimento e na sustentação do mesmo, mas sim na integração do progresso técnico como resultante de uma atividade económica renumerada, cujo nível é, por conseguinte, endógeno, e na consideração explícita das diversas formas assumidas pela tecnologia, da respetiva evolução e das suas possíveis influências em termos económicos, tal como ao nível da concorrência de mercado e na estruturação do comércio internacional (Donaghy, 2009). As novas teorias do crescimento endógeno valorizam, neste contexto, o papel de intervenção do Estado, quer enquanto regulador das externalidades, quer enquanto fornecedor de bens públicos, atuando ao nível da formação de capital humano, das infraestruturas e da envolvente empresarial, concorrendo, dessa forma para o incremento e sustentação da produtividade no setor privado.

Os modelos macroeconómicos de crescimento endógeno correspondem, deste modo, à endogeneização do progresso técnico, sendo que a inovação, a acumulação e a difusão de conhecimento tecnológico funcionam como força motora do crescimento económico de longo prazo de um país ou região (Vázquez-Barquero, 1999; Capello, 2007). No modelo de Romer (1986), o crescimento de longo prazo surge associado ao conhecimento novo que é produzido num setor específico da “Investigação & Desenvolvimento” (externalidades associadas à acumulação de capital físico que modificam o *stock* de conhecimento para todas as empresas), assumindo-se como uma atividade empresarial empreendedora levada a cabo pelas empresas que podem maximizar o retorno dos seus investimentos, através das melhorias da produtividade originadas pela introdução sucessiva de novos bens de capital ou intermédios mais especializados, de carácter endógeno (Donaghy, 2009). Por sua vez, no modelo de Lucas (1988), é a existência de externalidades positivas associadas a formação de capital humano e/ou grau de conhecimentos que é fonte de rendimentos crescentes à escala. Quer isto significar, uma variação na produtividade dos fatores utilizados na economia segundo o capital humano existente nessa economia.

Com base nestes pressupostos, podemos realçar que o crescimento é resultante dos recursos endógenos (físicos, culturais e humanos) e do comportamento individual dos diversos atores (empresas e decisores políticos) – fatores endógenos –, por contraste com os anteriores modelos macroeconómicos (fatores exógenos). Por outro lado, podemos também afirmar que estas novas perspetivas teóricas de crescimento endógeno têm desempenhado um papel central no debate da ciência económica e no percurso das novas teorias de desenvolvimento.

### 3. Abordagem alternativa ao desenvolvimento “a partir de baixo”

O conceito de desenvolvimento endógeno e participativo tem a sua génese nos finais dos anos 70 e início dos anos 80, e está sobretudo relacionado com uma vertente mais académica, no âmbito das investigações sobre o paradigma territorialista e a teoria “*bottom-up*”, as críticas às políticas regionais tradicionais de génese funcionalista que até então vinham sendo implementadas e ao esgotamento dos modelos para explicar a persistência dos desequilíbrios regionais e desigualdades sociais e territoriais a nível mundial. Para que se compreenda melhor as origens do conceito de desenvolvimento endógeno, ter-se-á então que, de forma breve, referir os pressupostos do paradigma funcionalista, antes mesmo de apresentarmos os pressupostos do paradigma territorialista.

O paradigma funcionalista está intimamente ligado ao pensamento económico neoclássico e a controvérsia do crescimento equilibrado/desequilibrado, defendendo concepções de desenvolvimento “*from above*”, políticas de crescimento económico “*top-down*”, não valorizando as comunidades locais, acreditando sobretudo que os processos de desenvolvimento ocorrem por “contágio” – teoria da polarização/teoria difusionista espacial do desenvolvimento que serviu de referência à Europa entre os finais dos anos 50 até ao início dos anos 70 do século XX (Henriques, 1990), época caracterizada por grande dinamismo económico face a reconstrução da Europa a seguir à Segunda Guerra Mundial.

Este paradigma considera como principais hipóteses explicativas das disparidades espaciais entre as regiões as diferentes acessibilidades aos mercados e aos fatores de produção mas que, a longo prazo, essas disparidades tenderão a atenuar-se face a deslocação dos fatores produtivos dos locais em que são pior remunerados para locais em que são melhor remunerados. Neste sentido, espera-se que o mecanismo do mercado possibilite a expansão dos efeitos de difusão do centro para a periferia, numa lógica de integração nacional do desenvolvimento.

Para este paradigma, as estratégias de desenvolvimento e as políticas regionais caracterizavam-se por um crescimento polarizado e setorial – teoria dos pólos de crescimento de François Perroux –, que considera os pólos de crescimento como principal meio de crescimento ou desenvolvimento de uma determinada região. A teoria dos pólos de crescimento, segundo este economista francês, pressupõe que os efeitos indutores de crescimento advêm de alguns setores de atividade económica mais dinâmicos e/ou localizados em determinadas áreas geográficas difundindo-se, posteriormente, através de um processo de impulsos de crescimento a outros setores do sistema espacial e a totalidade do território, utilizando, para tal, recursos exteriores e tecnologia mais avançada à área que beneficiava de auxílio (Henriques, 1990). Estamos perante um processo de desenvolvimento induzido do exterior, modelo urbano-industrial, que segundo Stöhr e Taylor (1981), o crescimento económico tornava-se possível pela contínua expansão em mancha de óleo de grandes empresas de capital intensivo localizadas, em grandes centros urbano-industrial, uma vez que a utilização da tecnologia mais avançada, as políticas económicas e a criação de infraestruturas permitiriam a formação e o aproveitamento máximo das economias externas e de escala. Nesta abordagem de desenvolvimento de raiz neoclássica o crescimento económico era explicado através do progresso técnico, entendido como o aumento da eficiência na utilização dos fatores convencionais de produção. Segundo Vázquez-Barquero (1999) a inovação passava pelo aumento da produtividade do trabalho através da incorporação de conhecimento científico (motor do crescimento) com a descoberta e construção de novos e melhores processos produtivos, de forma a uma maior satisfação das necessidades humanas materiais (Henriques, 1990).

A concretização destas estratégias de desenvolvimento regional no quadro do paradigma funcionalista radica num conjunto de instrumentos materializados no aparelho do Estado como os incentivos financeiros e os fundos públicos (planeamento central e controlo da economia), num processo de “cima para baixo” (vertical e funcional), pouco compartilhado e burocratizado, tendo como característica comum a

de traduzirem o propósito de por essa via levarem o desenvolvimento das áreas centrais para as áreas periféricas (Henriques, 1990). Esta concentração das ações provoca, por vezes, um desentendimento entre as ações empreendidas pelo poder central e os desejos e/ou necessidades das populações, o que as torna em agentes passivos no seu próprio território. De acordo com Duque e Calheiros (2012) a corrente funcionalista pressupõe ainda que as populações não se encontram capacitadas para resolverem o problema da satisfação das suas necessidades, tendo que recorrer a agentes externos, tais como o Estado ou outras entidades, para ultrapassarem as suas dificuldades de desenvolvimento.

No entanto, os instrumentos de política de desenvolvimento regional acabaram por criar as condições do seu próprio insucesso, à semelhança do que aconteceu nos últimos 30 anos em Portugal, concentraram-se em fatores que apesar da sua importância não são vitais para promover as bases do crescimento económico nem para diminuir as disparidades espaciais nas condições de vida das populações, como, por exemplo, “a construção de infraestruturas, a igualização dos rendimentos per capita, a distribuição mais equitativa do emprego, esquecendo a criação e o fomento de novas atividades económicas” (Sweeney, 1987:43) [tradução nossa]. Os pressupostos destas políticas regionais favoreceram o aparecimento de críticas severas dos especialistas face ao falhanço dos fundamentos teóricos da ciência económica do paradigma funcionalista – teoria de pólos de desenvolvimento ficou aquém do esperado ao nível da dinamização das periferias –, uma vez que a aposta na integração funcional com base em mecanismos de grande escala e de aglomeração causaram fenómenos de desintegração regional (as multinacionais espalharam-se pelo território e as regiões começaram a perder funcionalidade e controlo) (Henriques, 1990), mas também revelaram a fraca influência dos instrumentos mobilizados como os incentivos financeiros ou fiscais na decisão de localização das atividades.

Assim, a incapacidade do modelo em explicar a crescente complexidade da distribuição das atividades produtivas ao longo do território, a emergência de

padrões autónomos de desenvolvimento em muitas regiões periféricas e os efeitos pesados ao nível da deterioração ambiental, concentração urbana, desvitalização rural e fracasso na redução das desigualdades socioeconómicas, a par de um conjunto de acontecimentos sociais e políticos nos anos 70 e 80, como, por exemplo, as transformações demográficas, as inovações tecnológicas e a crise económica pelos sucessivos choques petrolíferos, levaram ao aparecimento de novas contribuições teóricas de várias áreas de conhecimento (sociologia, ciência política, antropologia, psicologia) e não apenas da ciência económica em torno do modelo alternativo de desenvolvimento (Cabugueira, 2000). Estamos a falar de uma nova perspetiva assente em pressupostos de integração territorial do desenvolvimento com base na componente cultural, social e ambiental, na descentralização e na participação dos diferentes atores no processo de desenvolvimento de um determinado território através da mobilização dos recursos endógenos para satisfação das necessidades das populações e atenuar as assimetrias regionais – o paradigma de desenvolvimento endógeno e participativo (Henriques, 1990; Vázquez-Barquero, 2005; Santos, 2013). Este novo conceito de desenvolvimento está indiscutivelmente associado ao surgimento das teorias de crescimento endógeno para atenuar as assimetrias regionais.

Uma análise ao percurso desta nova abordagem das teorias de desenvolvimento regional e local permite-nos constatar que os principais contributos emanam de Friedmann e Weaver (1979), adotando a designação de “territorialista”, mas também a Stöhr e Taylor (1981), tomando a designação de “from below”. Ainda assim, verificamos, que esta noção é frequentemente traduzida pela literatura especializada “a partir de baixo” e de endógeno. O paradigma territorialista, “from below” ou “a partir de baixo” pressupõe, então, que o desenvolvimento seja desencadeado ao nível das mais pequenas comunidades territoriais (onde as pessoas vivem), num processo ascendente ou “de baixo para cima” (bottom-up), partindo do local para o global, consubstanciando-se no princípio da subsidiariedade. Por outras palavras, altera-se o sentido de desenvolvimento do local até ao nacional, passando pelo regional, ao contrário do que anteri-

ormente se defendia, isto é, medidas de desenvolvimento globais que dificilmente se adaptavam às realidades locais.

Nesta perspetiva, as trajetórias de desenvolvimento emanam basicamente de um processo endógeno de criação, valorização e qualificação de recursos regionais e locais, o que implica a mobilização integral de todos os recursos e potencialidades existentes nas comunidades territoriais (económicos, naturais, culturais, humanos e institucionais), para satisfação das necessidades básicas, melhoria dos níveis de rendimento e da qualidade de vida das respetivas populações com base em critérios igualitários e, em particular, a mobilização daqueles que se encontram associados e envolvidos no próprio processo de desenvolvimento de um determinado território (Henriques, 1990; Cabugueira, 2000; Tödting, 2011). Trata-se de um modelo de desenvolvimento alternativo aos modelos tradicionais, na medida em que, materializa a nível local com valorização das especificidades e/ou identidade territorial e dos atores de determinado território no processo de desenvolvimento regional e local por oposição à subordinação das condições externas.

Neste novo paradigma o território compagina, no essencial, o substrato e o sujeito de fertilização para a descentralização das políticas e da participação organizada dos diferentes atores locais no processo de desenvolvimento por oposição as lógicas funcionalistas (Tödting, 2011). Por um lado, a teoria do desenvolvimento endógeno considera que o crescimento económico é um processo caracterizado pela incerteza e aleatoriedade, condicionado pelas características de mudança do mercado e pelas decisões dos atores, em oposição a teoria do crescimento endógeno que entende-o como um modelo de equilíbrio móbil de tipo neoclássico. Por outro lado, a teoria do desenvolvimento endógeno destaca o papel que o território assume nos processos de desenvolvimento, na medida em que, o território já não é aquele classicamente tomado pelos economistas (distância, espacialidade e funcionalidade dos lugares) mas, em vez disso, é um espaço vivido e considerado nas decisões de investimento e localização das empresas, adotando uma postura de ator ou sujeito ativo e não de mero

recetor na tomada de decisões dos atores ou “inputs” externos, em virtude dos recursos, do conhecimento técnico acumulado e das formas de organização da produção (Vázquez-Barquero, 1999; Duque e Calheiros, 2012).

Neste sentido, torna-se premente aumentar o poder, as competências e as capacidades das populações e das associações locais e regionais na tomada de decisões político-administrativas (empowerment), no sentido de serem estas a delinear o seu próprio caminho “*bottom up*”, porque são elas que melhor conhecem os seus problemas, as oportunidades e as necessidades não satisfeitas (Stöhr e Taylor, 1981), a que se procura dar resposta, utilizando os seus recursos endógenos em complementaridade “com os recursos exógenos numa perspectiva de fertilização mútua” (Amaro, 2001: 166). Neste processo, os fatores externos e endógenos tornam-se cada vez mais interrelacionados e inseridos em teias complexas e multi-escalares de interdependências económicas e sociais (Tödting, 2011), por um lado, e, por outro lado, deverá ser fomentado o envolvimento dos atores e entidades locais na captação de investimentos e criação de novas atividades produtivas de dimensão adequada que permitam a transformação progressiva do sistema económico regional e local (Henriques, 1990).

No entanto, para isso acontecer, é preciso que se proceda à adoção de metodologias participativas nos processos de desenvolvimento, desde a conceção e decisão até a avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, por um lado, e, por outro, que exista uma descentralização a nível local e regional da política de desenvolvimento territorial, numa lógica multidimensional e integrada das forças sociais e económicas existentes na elaboração de estratégias de ação, pelo que a formação de redes pode desempenhar um papel fundamental para ultrapassar alguns dos constrangimentos.

Note-se, aliás, que um dos fatores estratégicos do desenvolvimento económico em geral é a existência de redes de cooperação, na medida em que, facilitam a partilha quer de recursos quer de conhecimentos e formas de atuação, bem como a convergência de

esforços, estimulando a dinâmica económica e o desenvolvimento de áreas rurais desfavorecidas e marginalizadas, por exemplo. Ora, por se tratar de uma metodologia participativa, terá que se admitir a articulação entre mecanismos de desenvolvimento ascendentes e descendentes, entre atores locais e atores exteriores, entre o local e o nível nacional, incluindo o poder regional (Tödting, 2011). Para que uma política de desenvolvimento local e regional seja eficiente é vantajoso que se produza uma sinergia entre as ações “acima-abaixo” que surgem devido à unicidade de cada localidade e de cada território, o que pressupõe igualmente uma articulação com as políticas sectoriais e regionais (Cabugueira, 2000).

Deste modo, as estratégias de desenvolvimento ganham em efetividade se existir uma instrumentalização através de um nível de intermediação entre o Estado e a sociedade, de forma a conciliar os diversos interesses nacionais, regionais e locais, reconhecendo-se as organizações de carácter horizontal, tais como, as agências de desenvolvimento, uma solução para colmatar o vazio existente nas comunidades, particularmente rurais.

## Considerações finais

Como conclusão, gostaríamos de traçar algumas considerações ao conjunto de reflexões teóricas realizadas ao longo deste trabalho, sintetizáveis em três dimensões.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento é um fenómeno complexo, multidimensional e padece de alguns equívocos, sobretudo da ausência de uma definição rigorosa e precisa. Apesar dos esforços realizados pelos diversos teóricos do pensamento económico contemporâneo e académicos para dissipar o conceito de desenvolvimento do de crescimento económico saído do pós-guerra persistem, atualmente, algumas controvérsias e confusões concetuais pela influência da ciência económica e pelas relações fortes e íntimas entre os dois conceitos. De facto, estes dois conceitos traduzem realidades distintas, mas a verdade é que não devem ser separados, por-

que fazem parte de um mesmo fenómeno e podemos reafirmar que o crescimento é um objetivo instrumental que deve servir o desenvolvimento, este como fim, como objetivo de ordem mais elevada, mas como refere Lopes (2006), não é o crescimento de qualquer forma ou o crescimento a qualquer preço, em qualquer lugar, que gera desenvolvimento, como se tem vindo a registar ao longo de décadas. O desenvolvimento tem que ser um processo sustentável a longo prazo, não se pode considerar uma sociedade desenvolvida quando o bem-estar de hoje coloca em causa o bem-estar das gerações futuras.

Em segundo lugar, mudam-se os tempos, mudam-se as conceções de desenvolvimento (teorias e modelos), os campos de aplicação, as práticas e expectativas de desenvolvimento, já que estamos perante um conceito estreitamente ligado a evolução política das nações. Nesse sentido, constatou-se que a conceção de desenvolvimento conheceu várias versões ao longo das últimas décadas (desde o pós-guerra), das quais se destaca: a economicista (o crescimento económico considerado como a condição necessária e suficiente para o desenvolvimento), o capitalismo (acumulação de capital e a sua consequente aplicação nas atividades produtivas como condição necessária e suficiente do desenvolvimento) o produtivismo (os critérios de produtividade e o tempo são os fatores decisivos para o desenvolvimento), o quantitativismo (valorização da quantidade produzida em detrimento da qualidade), o industrialismo (industrialização e afirmação do sector industrial como atividade de excelência dos países desenvolvidos, sendo que os menos desenvolvidos deviam imitar os países mais desenvolvidos), tecnologismo (a investigação e inovação tecnológica como motor da produtividade e do crescimento económico e, portanto, um dos pilares do desenvolvimento).

Em terceiro lugar, as abordagens alternativas de desenvolvimento aos modelos tradicionais, encontram-se acopladas a novos conceitos como território, espaço, participação e *empowerment* (associados a novas conceções do conceito de desenvolvimento), que vêm assumido uma importância crescente, por um lado, as estratégias *from below*, que procuram devolver às pessoas *empowerment*, permitindo-lhes que sejam

atores ativos nos seus próprios processos de desenvolvimento, num processo ascendente ou “de baixo para cima”. Esta nova forma de perspetivar o desenvolvimento remete de imediato para a necessidade de uma responsabilização coletiva e organizada dos diferentes atores – exercício pleno da sua cidadania –, quer na realização do diagnóstico das necessidades não satisfeitas, problemas e oportunidades, quer na adoção de metodologias participativas nos processos de desenvolvimento e implementação das ações (execução, acompanhamento e avaliação).

Nesse sentido, defendemos uma articulação dos vários conhecimentos disciplinares na construção do conhecimento científico e das práticas de desenvolvimento, envolvendo os diferentes atores de intervenção com a adoção de redes multi-escalares (envolvendo as comunidades intermunicipais, as agências regionais de desenvolvimento, as instituições de ensino superior e os seus centros de investigação, por exemplo), pois só há promoção do bem-estar humano se houver capacitação e mobilização dos atores territoriais..

## Referências bibliográficas

- Adams, R. (2008). *Empowerment, Participation and Social*. Nova York: Palgrave Macmillan.
- Amaro, R. (2001). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In AAVV (eds.), *Desenvolver (Des) envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*. Messejana: Esdime. p.155-169.
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.
- Cabugueira, A. (2000). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 103-136.
- Denis, H. (1990). *História do Pensamento Económico*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.
- Donaghy, K. (2009). Regional growth and trade in the new economic geography and other recent theories. In Capello, R. & Nijkamp, P. (eds.), *Handbook of Regional Growth and Development Theories*. Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA: Edward Elgar. p.66-85.
- Duque, E. & Calheiros, A. (2012). Regionalização, desenvolvimento e governância. *Aurora geography journal*, 4, 17-31.
- Fernandes, J. & Carvalho, P. (2003). Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento. In Caetano, L. (coord.), *Território, ambiente e trajetórias de desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p.193-217.
- Friedman, J. (1996). *Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Friedmann, J. & Weaver, C. (1979). *Territory and Function*. Berkeley: University of California Press.
- Gaspar, J. (2004). Técnica, território e poder. In Brandão, M. (org.), *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p.179-188.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociológica de Ação – O Planeamento em Ciências Sociais* (2.ª ed.). Cascais: Princípia.

- Henriques, J. (1990). *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis*. Lisboa: Escher Publicações.
- Lefebvre, H. (1991). *Production of Space*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- Lopes, A. (1984). *Desenvolvimento regional. Problemática, teoria, modelos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lopes, A. (2006). Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 75, 41-61.
- Matias, A. (2007). *Economia do Turismo. Teoria e prática*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Murteira, M. (1982). *Lições de economia política do desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais.
- Narayan, D. (2002). *Empowerment and Poverty Reduction: A Sourcebook*. Washington: The World Bank.
- Nazareth, J. & Gutierrez, G. (1975). Os modelos macroeconómicos de crescimento e o crescimento demográfico. *Análise Social*, XI, 42/43, 336-364.
- Nunes, M. (2002). Parceria e Empowerment. A Experiência da Iniciativa EQUAL. *Cidades – Comunidades e Território*, 4, 61-69.
- Oliveira, G. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, 5, 37-48.
- Perroux, F. (1981). *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Rosado, M. (1997). *Desenvolvimento Regional – Contribuição para o seu Estudo e Planeamento*. Évora: CCDRA.
- Santos, D. (2013). A perspetiva territorialista. In Costa, J. & Nijkamp, P. (coord.), *Compêndio de Economia Regional, Vol. 1 Teoria, Temática e Políticas*. Cascais: Princípiã. p.218-229.
- Schiefer, U., Bal-Döbel, L., Batista, A., Döbel, R., Nogueira, J., & Teixeira, P. (2006). *MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*. Cascais: Princípiã.
- Stöhr, W. & Taylor, F. (eds.) (1981). *Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Chichester: John Wiley.
- Sweeney, G. (1987). *Innovation, Entrepreneurs and Regional Development*. Londres: Frances Pinter.
- Tödting, F. (2011). Endogenous approaches to local and regional development policy. In Pike, A., Rodríguez-Pose, A. & Tomaney, J. (eds.), *Handbook of Local and Regional Development*. London: Routledge. p.333-343.
- UNDP (1993). *Human Development Report 1993*. New York: Oxford University Press.
- Vázquez-Barquero, B. (1999). *Desarrollo, redes e innovación. Lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid: Pirámide.
- Vázquez-Barquero, B. (2000). *Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual*. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- Vidal, Á. (2005). O espaço local, um elemento chave para uma globalização mais humana. *Revista@local.glob*, 1, 2-5.

## Notas:

- [1] Doutora em Turismo, Lazer e Cultura (Univ. Coimbra) | docente do IPCB | Investigadora não integrada no CICS.NOVA.UÉvora